



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 03/2017

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 08 de fevereiro de 2017

----- Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para endereçar uma palavra de apreço a todo o executivo e entidades envolvidas na Cerimónia de Inauguração do Lar da Nossa Senhora da Conceição, em Martim Longo, no transato dia 01 de fevereiro, “*acreditando que o grande desígnio do equipamento seja cumprido, de modo a servir a população*”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que se congratula

também pelo facto do senhor presidente, durante a cerimónia *“se ter lembrado do anterior executivo, liderado por Dr. Francisco Amaral. Eu estou sempre a critica-lo mas fico agradada com a situação ocorrida”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar igualmente a *“sua satisfação e regozijo”* pela forma como decorreu a Cerimónia de Inauguração do Lar de Martim Longo, e endereçar os parabéns ao sr. presidente pelo discurso efetuado, dado que *“foi a primeira vez que o senhor reconheceu que o trabalho vinha de trás, e que deu continuidade, dando também os parabéns ao anterior executivo. É pena que não tenha esse discurso em outros locais”*. Relembrou também a indignação transmitida em reuniões transatas, por não ter ocorrido qualquer convite aos vereadores da oposição, para visitar a referida obra, no entanto, no dia da inauguração teve esse privilégio, verificando que existem algumas anomalias que deverão ser colmatadas, porém, considera que o *“importante é o facto do mesmo se encontrar em funcionamento e lotado”*. Realçou ainda o discurso de sua Excelência o Ministro do Trabalho, Solidariedade, Segurança Social, Dr. José Vieira da Silva, dado que o mesmo *“transmitiu aquilo, que eu venho afirmando já alguns anos, e sempre me criticaram”*, nomeadamente que *“são estas infraestruturas que colocam a economia local a funcionar”*. Findou referindo que gostaria de ver igualmente a fixação de outras empresas, e que as mesmas *“criassem tanto emprego, como cria uma unidade desta natureza”*. -----

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros interveio para mencionar que na última reunião solicitou informação sobre os intervenientes que usufruem do Protocolo de Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, todavia, gostaria ainda de ter conhecimento *“a que serviços se encontram afetos”*. Ainda questionou o valor total do evento *“Festival do Contrabando”* e percentagem pertencente à Edilidade, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o evento será financiado a 80%, sendo o valor total de 137.000,00 € (centro e trinta mil euros), aproximadamente. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que teve conhecimento que colaboradores da empresa FUN RIVER encontram-se a prestar serviço na Autarquia, e como tal solicita uma listagem com o nome

R

desses colaboradores, bem como informação sobre o procedimento adotado, serviço onde se encontram afetos e modo de pagamento. -----

----- O vereador José Galrito interveio para frisar que a Edilidade de Alcoutim, em anos transatos, colmatava as necessidades urgentes nos vários serviços, com a integração de colaboradores inscritos nos Programas Operacionais (POC) do Instituto de Emprego e Formação Profissional de VRSA, porém, obtivemos conhecimento recentemente *“que já era possível recorrer a esses serviços”*, e como tal a Edilidade para colmatar pontualmente essas dificuldades, a nível de serviços de limpeza e construção civil, recorreu à referida empresa, *“até que terminassem os procedimentos de concurso aberto, para quinze assistentes operacionais”*. Deu conta ainda que após vários contatos com empresas, sedeadas no concelho, a FUN RIVER *“foi a que demonstrou disponibilidade”*, e nesse sentido *“adquirimos”* 3.000 (três mil) horas, de modo a colmatar as necessidades urgentes. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que o procedimento adotado *“foi o mais rápido”*, tendo em conta as necessidades identificadas. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar novamente informação, no que concerne ao custo das horas, o tipo de procedimento e seu início, tendo o vereador José Galrito informado que o processo iniciou em dezembro de 2016, e irá *“estender-se entre janeiro e fevereiro de 2017”*, sendo três mil horas a 6,30 € (seis euros e trinta cêntimos). -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio para informar que o procedimento adotado é um ajuste direto de contratação de regime geral de prestação de serviços, com a aquisição de três mil horas, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para referir que o processo terá um custo total de 18.900,00 € (dezoito mil novecentos mil euros), mais IVA. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar cópia do procedimento efetuado, e referir que reconhece a necessidade de contratar colaboradores, porém, questiona se o serviço se encontra contratualizado, desde o mês de dezembro de 2016, o porquê dessa informação não constar nas prestações de serviço superiores a 5.000,00 € (cinco mil euros), para conhecimento dos vereadores da oposição. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que a contratualização foi efetuada para os últimos quinze dias de dezembro, no entanto, como o problema continuou patente no início de 2017, *“é que a Câmara contratualizou as três mil horas”*, tendo o Chefe de Divisão usado da palavra para referir que a adjudicação vai ser efetuada, com retroatividade a 1 de janeiro. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que *“facultará”* cópia de todo o processo, para conhecimento dos vereadores da oposição. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que a mensagem que *“quer”* transmitir é que os vereadores da oposição *“só querem ver”* os assuntos esclarecidos e a *“verdade dos factos”*, e como tal considera que *“somos mal entendidos, como se verificou”* na última reunião ordinária. Continuou referindo que é inadmissível o ocorrido, na referida reunião dado que *“é a primeira vez que vê um funcionário a atirar-se a um vereador, e o presidente nada fazer”*. De seguida referiu que o processo do Luar do Rio foi um processo que desde o início gerou confusão e *“foram acontecendo falhas/erros, no decorrer do processo, em que os senhores não nos iam satisfazendo, constatando-se um resultado, que não sabe, como classifica-lo, dado que, se afirmarem que omitiram a verdade, estamos a acusa-los de mentirosos”*. Mencionou de seguida que *“se reviu”* na afirmação proferida pela senhora vereadora, dado que não *“nos disseram”* a verdade, tendo seguida passado a leitura de algumas atas, onde foi presente o processo, e que considera que o executivo permanente *“tem do direito de estarem indignados, tal como nós também o temos, pelo facto de não sabermos a verdade, a democracia é igual para todos”*. Demonstrou de seguida que os vereadores da oposição estão *“disponíveis”* para colaborar desde o início em prol do município e população de Alcútem, e que tem conhecimento das dificuldades que se deparam na resolução de alguns assuntos. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que os assuntos quando são remetidos para o seu gabinete já se encontram tratados tecnicamente, e como tal apenas *“dá seguimento”* a um trabalho desenvolvido, que neste caso, passou pelo Chefe de Divisão, *“pessoa sobre a qual recai a minha total confiança e sobre a qual não tenho nenhuma razão para achar que*

4

alguma vez ele pudesse sonegar aqui alguma informação, ou pudesse ser catalogado aqui de mentiroso em alguma coisa". Findou solicitando a colaboração do Chefe de Divisão, para esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que *"não chamou mentiroso"* ao Chefe de Divisão, mas sim que *"afirmou que não foi dita a verdade, em tal data..."*. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires, interveio para mencionar que *"não somos todos políticos"*, e como funcionário compete-lhe apenas prestar os esclarecimentos que lhe são solicitados. Em relação ao assunto em discussão, adiantou que todas as questões apresentadas ao presidente e vereador Paulo Paulino em 12/02/2016 e 13/04/2016, no que concerne às respostas da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), foram dadas com base na informação prestada pelo próprio. Informou de seguida que o processo esteve sempre disponível para consulta, passando a explicar toda a tramitação do processo e dos contatos, quer por escrito, quer orais, estabelecidos com a ASAE, tendo o vereador José Pereira questionado qual a razão de *"não terem"* conhecimento desses documentos. -----

O Chefe de Divisão continuou a sua intervenção frisando que não pode confirmar, se a documentação foi remetida, junto da documentação enviada aos vereadores, *mas está no processo, o processo está disponível, está aqui para consultarem*, tendo o vereador José Pereira questionado a origem do fax e respetivo número, ao qual foi esclarecido que o remetente foi a ASAE e que não consta qualquer número, conforme informação transmitida pela secção de expediente. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que *"acha estranho"* terem remetido um fax para a Edilidade, *"e não terem conhecimento da sua origem"*, tendo o Chefe de Divisão esclarecido que apenas presta esclarecimentos, dado que *"não tem que achar ou deixar de achar"*. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar *"Não. O que você deu foi uma folha da câmara, e que não menciona nenhum número de entrada de fax, peço desculpa. Eu da outra vez chamei a atenção do senhor pelo seguinte, porque o senhor disse na reunião que a ASAE tinha enviado um documento por fax, e se quiser vamos ouvir a reunião, e eu exijo que se ouça o*



R

que foi dito, que o documento entrou por fax pela ASAE". -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para esclarecer que o documento foi remetido via fax, tendo os vereadores da oposição solicitado em uníssono, a apresentação do relatório de fax. O Chefe continuou mencionando que "como estamos perante informações por mim prestadas, e que podem-se afigurar por mentiras, que considero uma infração das minhas funções, quero aproveitar para solicitar ao senhor presidente um processo de inquérito para apurar a verdade sobre esta situação, e os esclarecimentos que eu tenho a prestar ao senhor presidente são os factos que apresentei e as informações que prestei tanto ao senhor presidente, como ao sr vice-presidente, aquando questionado sobre as informações da ASAE, estão explanados nos factos que lhe entreguei, neste momento". -----

----- O vereador José Pereira interveio para salientar que "quando comecei a minha intervenção relativamente a este assunto e que veio em sequência do outro processo que falei há pouco, não era nossa intenção continuar muito com este assunto, mas se o senhor presidente assim o entende que deve abrir um processo de averiguações ou de inquérito, ou seja do que for, o senhor é que o bem entende, por nós o assunto fica já como está, só queremos é esclarecer a verdade. Continuou referindo "que tal como os senhores consideram que nós estamos a chama-los de mentirosos, também nós consideramos que nos estão a chamar de mentirosos, porque temos o mesmo direito, porque temos também que mostrar a nossa indignação na falha dos documentos, em relação aquilo que nos foi explanado agora com os documentos, porque é que não nos entregaram esses documentos todos na altura para consultarmos, porquê? Essa é a maior dúvida que há, e a outra dúvida, não está em causa, se não, tendo nós conhecimento destes documentos, acha que iríamos colocar em causa a historia do dia". Findou referindo que apenas "quer esclarecida a verdade" e que "é inadmissível, que os serviços da câmara neste momento recebam um fax e não tenham conhecimento da origem do fax, e dão entrada para um processo, isso é inadmissível, desculpe lá chefe, mas isso é uma falha dos serviços, o senhor não é o responsável maior, o responsável maior é o senhor presidente, mas o senhor é o chefe, mas não acha isso uma falha, chega um fax para um processo e não se sabe de onde é que vem, e dá-se entrada", tendo o Chefe de


6

R

Divisão citando de seguida “ *quem me garante que o ofício de 10 de maio foi remetido pela ASAE, vou questiona-los*”. O vereador continuou referindo “*os senhores numa reunião, onde a Dr.ª Dalila até pediu autorização, está em ata, até pediu autorização e o senhor disse que podia consultar a ASAE, sobre o processo, e o senhor disse sim senhora, não havia problema nenhum, e ela assim o fez, agora estão a demonstrar que veio um ofício, e que já se está a colocar em dúvida, se o ofício veio da ASAE, nessa data ou não. A ASAE é uma entidade de bem, em meu entender*”. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires, interveio para esclarecer que “*no dia 10 de agosto de 2016, como não havia reuniões de Câmara, e o processo em discussão encontra-se demorado, e eu precisava do documento para constar no processo, e portanto o que me interessava era a informação, e não se vinha de maio ou se vinha de agosto, tinha chegado o processo e o documento estava lá, o que fiz foi anexar a documentação que era necessária e juntei-me com a advogada, para ir tratar, agora quando sou confrontado com o antes e o depois, o documento que eu tinha era aquele, foi a ASAE que mandou, se eu tenho um documento que veio da ASAE, eu vou dizer não foi a ASAE, foi o Zé da esquina, não posso*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o Chefe de Divisão aquando da reunião tida com a jurista da Edilidade, “*a mesma não o informou*” que possuía o ofício datado de 05 de maio, bem como referir que “*tendo conhecimento da confusão que gerou todo este processo, das nossas dúvidas, não acha razoável ter conhecimento, como o senhor disse que não teve, mas tinha què ter conhecimento, e tal como o senhor presidente afirmou numa reunião, e está gravado, que o senhor tinha conhecimento de todos os processos afetos ao documento*”. -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros interveio para referir que consta em Ata o referido pelo vereador José Pereira, e que “*o Chefe de Gabinete tem conhecimento de todos os documentos*”. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para referir que possui acesso a todos os documentos da aplicação informática, dado que é administrador, no entanto, como técnico apenas tem acesso ao que são remetidos para a sua área de trabalho “*é por isso que na altura quando me*

auf

R

questionaram, eu pensei, entrou outro documento, e fui lá procurar qual foram os documentos enviados da ASAE, como administrador". -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que compreende a situação, considerando que "a falha não é sua, você tem a obrigação de conduzir o processo, então a falha não é sua, a falha é do senhor presidente, que em vez de ter enviado para a jurista devia ter enviado para si, é ou não", tendo o Chefe de Divisão informado que não rececionou o documento. -----

O vereador continuou referindo que concluí que "a maior falha que houve aqui, além da falha dos documentos, foi o senhor presidente que não enviou, confirmado pelo chefe, é o que o chefe acabou de dizer, e foi senhor presidente, porque eu acredito naquilo que ele está a dizer dos documentos". Ainda referiu que o ofício remetido à sr^a. vereadora refere "que enviaram documento apenas, em 10 de maio e não enviaram qualquer fax", e que os senhores afirmam "que nos enviaram os documento para análise, mas não tem a certeza". -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar que tendo em conta o teor do documento remetido pela ASAE, "fazia algum sentido sonegar essa informação", o qual foi respondido pela vereadora Dr^a. Dalila Barros que "eu acho, dado que deviam ter entregue logo o documento em maio". -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar o porquê do o processo ter sido presente a reunião de Câmara, "só passados quatro meses", tendo o vereador Paulo Paulino mencionado que e explicação já foi efetuada pelo Chefe de Divisão, bem como citar que "quando a senhora vereadora pergunta se pode contatar a ASAE, porque é que nós de uma forma aberta e clara, dissemos, fique a vontade". -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio novamente para referir que poderia existir uma falsa informação, caso nas reuniões de maio, junho ou julho, lhe tivesse questionado sobre a resposta da ASAE, "possivelmente a minha resposta seria que não, ai não seria, eu não digo que é mentira porque para mim a mentira é ocultar a verdade propositadamente, eu ai diria que não, mas já teria chegado, mas desde maio até setembro, sobre este processo os senhores vereadores, solicitam informação em setembro, foi quando o vereador Paulo Paulino respondeu que já recebemos o parecer, em maio, depois de 17/5, quando deu entrada o primeiro ofício, em maio, junho, julho, em agosto não

houve reuniões, houve qualquer questão levantada pelos senhores vereadores, se havia resposta da ASAE e foi-lhe dito que não”.-----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar “ o presidente em fevereiro diz assim “até ao momento ainda não foi obtida resposta, garantido que aquando do recebimento da informação solicitada o ponto será novamente presente a reunião”. Em abril pelo vereador Paulo Paulino, “usou da palavra para esclarecer que a edilidade ainda não rececionou de qualquer informação da ASAE, porém, poderá facultar cópia dos ofícios enviados”, portanto se vocês nos garantiram que quando rececionassem o ofício nos iam entregar, nós não vamos estar todos os meses olhe o ofício, nós confiamos em vocês, porque ficamos sempre à espera, tanto como o presidente, como o vereador Paulo Paulino, nos tinham dito que logo que nós rececionássemos o ofício o entregavam, dai não termos perguntado, senhor chefe de divisão peço desculpa mas não é por ai, porque não é por ai o caminho, receberam em maio, tinham dito olhem de facto já recebemos o ofício, está aqui, pronto, é só isso. Outra coisa que eu tenho a dizer, eu na reunião de 12 de outubro, eu só tive esta dúvida porque foi o senhor que disse, não foi inventado, ninguém inventou nada, tudo o que está aqui é porque foi dito aqui em reunião, vamos ouvir a ata se vocês quiserem, eu já disse várias vezes para ouvir a gravação, o senhor disse, explicou as várias etapas do processo, dando conhecimento ainda do documento da ASAE que foi remetido via fax em 10/08/2016, foi o senhor que disse, não fui eu que disse, foi o senhor que disse que foi enviado por fax pela ASAE, a minha pergunta nessa reunião, deixe-me acabar, a minha pergunta nessa reunião foi, então se foi por ofício ou se foi por fax, posso perguntar a ASAE, e o senhor disse, “pode sim senhor, poderá fazer-lo”, e assim o fiz, quando ASAE diz, “não, eu não enviei o ofício por fax, enviei por ofício, afinal de contas eu é que estou errada”, tendo o Chefe de Divisão adiantado que na referida reunião transmitiu “se chegou antes eu não tenho conhecimento”. A vereadora continuou referindo que não foi essa a informação transmitida, e que o presidente referiu que o Chefe de Divisão tem acesso a toda a documentação remetida para a Câmara Municipal, “não foi inventado nem por mim, nem pelo vereador José Carlos, estamos a constatar factos”. -----

9

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que a resolução do processo foi “*morosa*”, devido às dúvidas apresentadas pelos vereadores da oposição, dado que foi solicitado parecer à ASAE, uma vez que os mesmos “*achavam*” que havia ilegalidades. Deu nota ainda da contradição existente entre os pareceres emitidos pela jurista da Edilidade, pelo facto de “*não irem ao encontro do que ela defendeu*” inicialmente, após o parecer da ASAE. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para informar que os documentos presentes na reunião sobre o processo Luar do Rio ficam apenas à ata, e distribuídos aos vereadores da oposição. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a Dalila Barros não aceitaram os referidos documentos, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir “ *senhor presidente, acreditamos nos documentos que estão aí, não é o facto de entregar os documentos agora, que se vai resolver o problema, os documentos deviam-nos ter sido entregues aquando do processo, e quando o mesmo foi presente a reunião de Câmara, não se fazia acompanhar dos referidos documentos*”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º26) respeitante ao dia 07 de fevereiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.557.509,19; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.277.496,61; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 272.600,43. -----

----- Foi dado igualmente conhecimento à Câmara Municipal: -----

Aquisições de Bens e Serviços superiores a € 5.000,00 entre o período de 20 de janeiro a 02 de fevereiro de 2017; -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 02/2017**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 25 de


10

janeiro de 2017, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a Dalila Barros, aprovar a referida Ata. -----

Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever:

“Considerando que uma ata deverá relatar de forma resumida os assuntos e as intervenções explanadas; Considerando que a ata da reunião de 25/01/2017 omite a referência, necessariamente resumida e não estão explanados factos importantes nas intervenções dos vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros; Considerando que as intervenções em causa são de extrema importância para o esclarecimento dos factos ocorridos; Considerando que tem sido recorrente as atas omitirem factos apresentados pelos vereadores do PSD e beneficiam sempre o explanado pelo executivo permanente; Considerando que esta ata omite factos importantes, nomeadamente nos assuntos: Saúde em Alcoutim e Martim Longo, onde demonstramos ao Senhor Presidente, que a falta de médico e enfermeiro em Alcoutim, e enfermeiro em Martim Longo se deve à sua política, em retirar estes dois profissionais de saúde do serviço público e coloca-los ao serviço na Unidade Móvel de Saúde, fazendo com que o Centro de Saúde de Alcoutim não disponha de Médico e enfermeiro a partir das 13.00 h, levando a que os utentes tenham que se deslocar a Vila Real de Santo António ou Mértola. A extensão de Saúde de Martim Longo só dispõe de enfermeiro um dia por semana. Colocamos várias questões ao senhor presidente e vereadores, nomeadamente se não concorda que o médico e enfermeiro afetos à unidade móvel fazem falta no Centro de Saúde de Alcoutim, depois das 13.00 horas? Às quais o senhor presidente não respondeu”. -----

----- **PROPOSTA N.º 36/2017 - HABITAÇÃO SOCIAL NA ALDEIA DE VAQUEIROS – ORDEM DE DESPEJO DA FRAÇÃO A, OCUPADA POR SÉRGIO MIGUEL MARTINS TEIXEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do artigo 28.º da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto ordenar e mandar

R

executar o despejo do sr. Sérgio Miguel Martins Teixeira, do fogo de habitação, tipologia T3, fração A, do Bairro Municipal de Vaqueiros, e que seja dado conhecimento ao mesmo, da deliberação que recair sobre a presente proposta.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos vereadores srs. José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 39/2017 - REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.ºA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 3:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.ºA, ambos do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim, conceder 3 (três) meses à entidade Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda para a realização de escritura de compra e venda do lote 3, nos termos acordados em Contrato Promessa de Compra e Venda realizada entre os promitentes a 07 de agosto de 2013, bem como notificar a entidade Ventos do Mediterrâneo S.A e Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 40/2017 - REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.ºA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 4:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.ºA, ambos do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim, conceder 3 (três) meses à entidade Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda para a realização de escritura de compra e venda do lote 4,


12

R

nos termos acordados em Contrato Promessa de Compra e Venda realizada entre os promitentes a 07 de agosto de 2013, bem como notificar a entidade Ventos do Mediterrâneo S.A e Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 41/2017 - REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.ºA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 2:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcouthim, anular a atribuição do lote 2, deliberada em reunião de Câmara Municipal de 27 de março de 2013, sem que haja lugar a qualquer indemnização, sendo perdidas a favor da Câmara Municipal a importância de € 1.167,50 (mil cento e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos) pagos no ato da assinatura do Contrato Promessa de Compra e Venda, bem como notificar a entidade Ventos do Mediterrâneo S.A, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 42/2017 - REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.ºA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 15:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 1 do artigo 15.º A do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcouthim, conceder 6 (seis) meses à entidade Denys Kovalenko, para início da construção aprovada para o lote 15, bem como

notificar a entidade Denys Kovalenko, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 43/2017 - REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.ºA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 08:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 1 do artigo 13.º e n.º 1 do artigo 15.º A, ambos do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim, conceder 6 (seis) meses à entidade Guadilétrica – Comércio de Artigos Elétricos, Lda, para entrega do projeto, referente ao lote 8, nos serviços competentes do Município, bem como notificar a entidade Guadilétrica – Comércio de Artigos Elétricos, Lda, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 44/2017 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA PREVISTO NO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM, LOTE 23/ENTIDADE: FONTE D’ALMECE, LDA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim, conceder 3 (três) meses à entidade Fonte D’Almece, Lda, para entrega do projeto, referente ao lote 23, nos serviços competentes do Município, bem como notificar a entidade Fonte D’Almece, Lda, da deliberação que recair sobre a presente proposta e nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do mesmo regulamento, solicitar a liquidação no prazo de 15 dias, após a

14

comunicação pela Câmara Municipal, o valor de 188,25 € (cento e oito e oito euros e vinte e cinco cêntimos), correspondendo a 20% do preço do lote . -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 45/2017 – CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Clube de Karaté Alcoutim e Martim Longo no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), para a participação de dois atletas no concelho de Alcoutim, no Open de Tânger. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 47/2017 – CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO PESSEGUEIRO/PASSEIO TURÍSTICO DE JIPES (DENOMINADO POR MAUS CAMINHOS) – ISENÇÃO DE TAXA DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a ratificação do despacho de 31/01/2017, exarado ao abrigo dos números 2,3 e 4 do artigo 10.º do Regulamento de Tabela de Taxas, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da isenção da taxa de ruído ao Centro Cultural e Recreativo de Pessegueiro, enquanto promotor do Passeio Turístico de Jipes, denominado por Maus Caminhos 2017. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- **PROPOSTA N.º 48/2017 – NOVO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. vereador José Galrito, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a minuta do Protocolo de alteração do Anexo I ao Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, que integra o novo anexo I, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que, nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, autorize a Câmara Municipal a celebrar a respetiva alteração ao referido contrato. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 50/2017 – GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO III ENCONTRO 4 HORAS DE RESISTÊNCIA MOTO TT – PEREIRO/ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a atribuição de participação financeira ao Grupo Desportivo de Alcoutim no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), para fazer face a despesas com a realização do III encontro 4 horas de Resistência Moto TT – Pereiro/Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 51/2017 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI):** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o Regulamento de Fardamento e

Equipamento de Proteção Individual (EPI), e entrar em vigor no primeiro dia útil à sua aprovação pela Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea K) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 53/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, e atribuir a quantia de 144.000,00 € (cento e quarenta e quatro mil euros), conforme cláusula terceira do protocolo, a pagar em tranches mensais de igual valor. -----

----- Os vereadores José Pereira e Drª Dalila Barros não participaram na discussão e votação deste ponto, por se considerarem impedidos e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 55/2017 – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL EM BALURCOS DE BAIXO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação do prédio rústico, situado em Balurcos de Baixo, com área de 40 m2, inscrito na matriz da União de Freguesia de Alcoutim e Pereiro, com o artigo n.º 315 da secção 083, registado na conservatória do Registo Predial de Alcoutim sob o n.º

8337/20170124, bem como autorizar todas as despesas inerentes à realização da escritura de doação do referido imóvel. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcútem, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 08 de fevereiro de 2017, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcútem que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O Secretário

José Domingos Pires

De: Maria Isabel Pires Cruz Santos <isabelpcsantos@hotmail.com>
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 15:05
Para: Dr. José Pires
Assunto: Luar do Rio
Anexos: LUAR DO RIO 20160121.doc



Boa tarde Dr. José Pires

Elaborei este pedido de esclarecimento à ASAE sobre a questão do quiosque do Município com a exploração cedida ao Luar do Rio.

Não sei bem qual é o documento que é necessário para ser apreciado na reunião de Câmara da próxima quarta-feira.

Serve apenas este pedido ou tenho que fazer alguma informação?

Com os meus melhores cumprimentos.

Isabel Santos



Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade
Operacional XII

O Município de Alcoutim é proprietário de um quiosque instalado no Jardim da Avenida Duarte Pacheco em Alcoutim, o qual se destina à venda de livros, jornais diários, gelados e artigos de artesanato, bem como venda de cafés, bebidas, sandes e bolos ao público em geral.

Nos termos do artigo 7º nº 1 al a) do Decreto 555/99 de 16 de Dezembro (com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas), estão isentas de licença ou autorização as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território, na qual se enquadra a edificação e colocação do referido quiosque, pelo que não foi emitida qualquer licença quer licença de obra quer licença de utilização.

Em 24 de Abril de 2012, o Município cedeu a exploração do referido quiosque à empresa "Luar do Rio-Restauração e Animação, Lda", a qual desde essa data passou a exercer as actividades aí mencionadas e cuja cópia se junta.

Acontece que em 15/01/2013 esta sociedade – Luar do Rio – foi sujeita a uma Inspeção por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, tendo sido verificado como infracção a "falta de título válido de Abertura de Estabelecimento", tendo à mesma sido aplicada a prática de contra-ordenação prevista no nº 1 do artigo 12º do Decreto Lei nº 234/2007 de 19 de Junho, a qual é punida pela al a) do nº 1 do artigo 21º do DL 234/2007 de 19/06.

Com efeito diz o artigo 12º nº 1 do Decreto-Lei acima mencionado que:

"Constitui título válido de abertura do estabelecimento a posse pelo respectivo explorado do comprovativo de ter efectuado a declaração prévia prevista no artigo 10º ou no artigo 11º do presente Decreto-Lei".

Acontece que atendendo ao mencionado no referido artigo 7º nº 1, quando da abertura do estabelecimento sendo a mesma efectuada pelo Município, não foi objecto de comunicação prévia tendo em atenção que, sendo da titularidade do Município o mesmo está isento.

Ora, tal autuação efectuada à entidade Luar do Rio não tem qualquer suporte legal.

Assim solicita-se o parecer de V. Ex^{as} sobre o referido licenciamento.

MARIA ISABEL SANTOS
ADVOGADA

Fax

Para: Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade
Operacional XII
De: Maria Isabel Santos
Telef: _____ **Págs.:** 2
Fax: 289880143 **Data:** 25/01/2016

(Urgente ☐ Appreciar p.f. (Comentar p.f. (Responder p.f. (Fazer circular p.f.

Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade Operacional XII

O Município de Alcoutim é proprietário de um quiosque instalado no Jardim da Avenida Duarte Pacheco em Alcoutim, o qual se destina à venda de livros, jornais diários, gelados e artigos de artesanato, bem como venda de cafés, bebidas, sandes e bolos ao público em geral.

Nos termos do artigo 7º nº 1 al a) do Decreto 555/99 de 16 de Dezembro (com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas), estão isentas de licença ou autorização as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território, na qual se enquadra a edificação e colocação do referido quiosque, pelo que não foi emitida qualquer licença quer licença de obra quer licença de utilização.

Em 24 de Abril de 2012, o Município cedeu a exploração do referido quiosque à empresa "Luar do Rio-Restauração e Animação, Lda", a qual desde essa data passou a exercer as actividades aí mencionadas e cuja cópia se junta.

Rua Alexandre Herculano. 15 * 8800-394 Tavira
Telef. 281322426 * Fax. 281321021 * E-mail: isabelsantos-53671@adv.oa.pt

Acontece que em 15/01/2013 esta sociedade – Luar do Rio – foi sujeita a uma Inspeção por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica , tendo sido verificado como infracção a “falta de título válido de Abertura de Estabelecimento”, tendo à mesma sido aplicada a prática de contra-ordenação prevista no nº 1 do artigo 12º do Decreto Lei nº 234/2007 de 19 de Junho, a qual é punida pela al a) do nº 1 do artigo 21º do DL 234/2007 de 19/06.

Com efeito diz o artigo 12º nº 1 do Decreto-Lei acima mencionado que:

“Constitui título válido de abertura do estabelecimento a posse pelo respectivo explorado do comprovativo de ter efectuado a declaração prévia prevista no artigo 10º ou no artigo 11º do presente Decreto-Lei”.

Acontece que atendendo ao mencionado no referido artigo 7º nº 1, quando da abertura do estabelecimento sendo a mesma efectuada pelo Município, não foi objecto de comunicação prévia tendo em atenção que, sendo da titularidade do Município o mesmo está isento.

Ora, tal autuação efectuada à entidade Luar do Rio não tem qualquer suporte legal.

Assim solicita-se o parecer de V. Ex^{as} sobre o referido licenciamento.





MARIA ISABEL SANTOS
ADVOGADA

Fax

Para: Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade
Operacional XII

De: Maria Isabel Santos

Telef:

Págs.:

2

Fax:

289880143

Data:

25/01/2016

(**Urgente** ☐ **Apreciar p.f.** (**Comentar p.f.** (**Responder p.f.** (**Fazer circular p.f.**

Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade Operacional XII

O Município de Alcoutim é proprietário de um quiosque instalado no Jardim da Avenida Duarte Pacheco em Alcoutim, o qual se destina à venda de livros, jornais diários, gelados e artigos de artesanato, bem como venda de cafés, bebidas, sandes e bolos ao público em geral.

Nos termos do artigo 7º nº 1 al a) do Decreto 555/99 de 16 de Dezembro (com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas), estão isentas de licença ou autorização as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território, na qual se enquadra a edificação e colocação do referido quiosque, pelo que não foi emitida qualquer licença quer licença de obra quer licença de utilização.

Em 24 de Abril de 2012, o Município cedeu a exploração do referido quiosque à empresa "Luar do Rio-Restauração e Animação, Lda", a qual desde essa data passou a exercer as actividades aí mencionadas e cuja cópia se junta.

Rua Alexandre Herculano, 15 * 8800-394 Tavira
Telef. 281322426 * Fax. 281321021 * E-mail: isabelsantos-53671@adv.oa.pt

Acontece que em 15/01/2013 esta sociedade – Luar do Rio – foi sujeita a uma Inspeção por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica tendo sido verificado como infracção a “falta de título válido de Abertura de Estabelecimento”, tendo à mesma sido aplicada a prática de contra-ordenação prevista no nº 1 do artigo 12º do Decreto Lei nº 234/2007 de 19 de Junho, a qual é punida pela al a) do nº 1 do artigo 21º do DL 234/2007 de 19/06.

Com efeito diz o artigo 12º nº 1 do Decreto-Lei acima mencionado que:

“Constitui título válido de abertura do estabelecimento a posse pelo respectivo explorado do comprovativo de ter efectuado a declaração prévia prevista no artigo 10º ou no artigo 11º do presente Decreto-Lei”.

Acontece que atendendo ao mencionado no referido artigo 7º nº 1, quando da abertura do estabelecimento sendo a mesma efectuada pelo Município, não foi objecto de comunicação prévia tendo em atenção que, sendo da titularidade do Município o mesmo está isento.

Ora, tal autuação efectuada à entidade Luar do Rio não tem qualquer suporte legal.

Assim solicita-se o parecer de V. Ex^{as} sobre o referido licenciamento.

Isabel Seixas

[Assinatura]

Profissional M1212nf MFP
ção de Fax

R

Trab. Data	Hora	Tipo	Identificação	Duração	Páginas	Resultado	
708	25/01/2016	15:26:00	Enviar	289880143	0:36	2	OK

MARIA ISABEL SANTOS
ADVOGADA

Fax

Para:	Exmª Senhora	De:	Maria Isabel Santos
	Inspectora Chefe da Unidade		
	Operacional XII		
Telex		Página	2
Fax	289880143	Data	25/01/2016
(Urgente <input type="checkbox"/> Apreciar p.f. (Comentar p.f. (Responder p.f. (Fazer circular p.f.			

Exmª Senhora
Inspectora Chefe da Unidade Operacional XII

O Município de Alcoutim é proprietário de um quiosque instalado no Jardim da Avenida Duarte Pacheco em Alcoutim, o qual se destina à venda de livros, jornais diários, gelados e artigos de artesanato, bem como venda de cafés, bebidas, sandes e bolos ao público em geral.

Nos termos do artigo 7º nº 1 al a) do Decreto 555/99 de 16 de Dezembro (com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas), estão isentas de licença ou autorização as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território, na qual se enquadra a edificação e colocação do referido quiosque, pelo que não foi emitida qualquer licença quer licença de obra quer licença de utilização.

Em 24 de Abril de 2012, o Município cedeu a exploração do referido quiosque à empresa "Luar do Rio- Restauração e Animação, Lda", a qual desde essa data passou a exercer as actividades aí mencionadas e cuja cópia se junta.

Rua Alexandre Herculano, 15 • 8800-394 Tavira
Telef. 281322426 • Fax. 281321021 • E-mail: isabelsantos-53671@adv.oe.pt

uf

Relatório do Documento nº 2136

DATA DE IMPRESSÃO 26/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 2136

TIPO REGISTO ENTRADA

REGISTADO NO DIA 23/03/2016

DOCUMENTO Nº

REMETENTE EXT.: AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA

DATA 22/03/2016

TIPO DE DOCUMENTO EMAIL

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR celia.rosa

ATUALIZADO POR celia.rosa

ASSUNTO

PEDIDO DE INFORMAÇÃO - NID: E/24662/16/SC

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Serv: Gabinete Jurídico

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 23/03/2016 10:44 para Serv: Presidência

Movimento efetuado por celia.rosa Func.: 256 - Célia Maria Mariano Gonçalves Rosa

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 23/03/2016 16:45 para Serv: Presidente

Movimento efetuado por maria.cavaco Func.: 324 - Maria Alexandra Marques Cavaco

Motivo: No âmbito das competências/funções de V. Exa.

Movimento (3) efetuado no dia 27/03/2016 19:23 para Serv: Gabinete Jurídico

Movimento efetuado por osvaldo.goncalves Func.: 320 - Osvaldo dos Santos Gonçalves

Despacho: Proceda à avaliação do conteúdo do documento.

Autor do despacho: Osvaldo dos Santos Gonçalves

Categoria: Presidente de Câmara

Data de despacho: 27/03/2016

De: Correio URS Faro <correio.urs.faro@asae.pt>
Enviado: terça-feira, 22 de Março de 2016 15:12
Para: expediente@cm-alcoutim.pt
Assunto: PEDIDO DE INFORMAÇÃO - NID: E/24662/16/SC
Anexos: Pedido de Informação - NID: E/1201/16/URS (37,9 KB)

N/ Ref.: S/4074/16/URS-UO XII - Faro
Resp. ao Pedido de informação: S/3492/16/URS-UO XII - Faro

Exmo. Senhor

Na sequência da sua comunicação, e por determinação da Exma. Senhora Inspetora-chefe, Elsa Cabrita Trindade, serve o presente, para informar V. Exa., de que a resposta ao pedido de informação, supra identificada, foi enviada no dia 10/03/2016 para a Dra. Maria Isabel Santos de acordo com o e-mail que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,



Unidade Regional do Sul
Unidade Operacional XII - Faro

ASAE
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
Rua Prof. António Pinheiro e Rosa, nº 1 – 8005-546 Faro

Esta mensagem destina-se apenas à(s) pessoa(s) mencionada(s). Se recebeu esta mensagem por engano, por favor elimine-a imediatamente, bem como eventuais cópias existentes no seu sistema, destrua eventuais impressões e notifique o remetente. Não é permitida, direta ou indiretamente, utilizar, distribuir, imprimir ou copiar a totalidade ou parte desta mensagem se não for um dos destinatários.

This message is for the named person's use only. If you received this message by mistake, please delete it and all copies from your system immediately, destroy any printed copies and notify the sender. You must not, directly or indirectly, use, disclose, distribute, print or copy any part of this message if you are not the intended recipient.

José Domingos Pires

De: Correio URS Faro <correio.urs.faro@asae.pt>
Enviado: quinta-feira, 10 de Março de 2016 12:36
Para: 'isabelpcsantos@hotmail.com'
Assunto: Pedido de Informação - NID: E/1201/16/URS

N/ Ref.ª: S/3492/16/URS/UO XII – Faro

Exmª Drª Isabel Santos

Relativamente ao pedido de informação pretendido por V. Exª referente ao processo - NUICO 1285/12.5.EAFAR, pelo presente informa-se que o referido processo foi remetido para os nossos serviços centrais de Lisboa, em 30/06/2014, para o Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações, serviço para o qual V. Exª deverá comunicar caso pretenda alguma informação relativamente ao processo em apreço.

Com os melhores cumprimentos.



Unidade Regional Sul
UO XII - Faro

ASAE
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
Rua Professor António Pinheiro e Rosa, 8005-546 Faro



Esta mensagem destina-se apenas à(s) pessoa(s) mencionada(s). Se recebeu esta mensagem por engano, por favor elimine-a imediatamente, bem como eventuais cópias existentes no seu sistema, destrua eventuais impressões e notifique o remetente. Não é permitida, direta ou indiretamente, utilizar, distribuir, imprimir ou copiar a totalidade ou parte desta mensagem se não for um dos destinatários.

This message is for the named person's use only. If you received this message by mistake, please delete it and all copies from your system immediately, destroy any printed copies and notify the sender. You must not, directly or indirectly, use, disclose, distribute, print or copy any part of this message if you are not the intended recipient.

Relatório do Documento nº 1750

DATA DE IMPRESSÃO 30/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 1750

TIPO REGISTO SAÍDA

REGISTADO NO DIA 28/04/2016

DOCUMENTO Nº

REMETENTE FUNC.: JOÃO CARLOS CAVACO PALMA

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO OFICIO

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

REGISTADO POR joao.palma

ATUALIZADO POR celia.rosa

ASSUNTO

Pedido de Informação jurídica com o nº E/1201/16/URS Proc. nº 1285/12.5EAFAR

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Ofício / Data: 29/04/2016

Observações: Documento assinado

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Func.: JOÃO CARLOS CAVACO PALMA

Arquivado

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 28/04/2016 11:45 para Serv: Expediente - SAIDA

Movimento efetuado por joao.palma Func.: 119 - JOÃO CARLOS CAVACO PALMA

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 29/04/2016 09:06 para Func.: JOÃO CARLOS CAVACO PALMA

Movimento efetuado por joao.palma Func.: 119 - JOÃO CARLOS CAVACO PALMA

Motivo: envio CTT

Para :
Autoridade de Segurança Alimentar e
Económica
A/c Diretora do departamento Jurídico e
Contra - Ordenação
Rua Rodrigo da Fonseca, N.º 73
1269-274 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
1750 /2016

Data
28/04/2016

Assunto: Pedido de informação jurídica com o nº E/1201/16/URS
Proc. nº 1285/12.5EAFAR

Sobre o assunto acima mencionado foi solicitado um pedido de informação jurídica sobre a necessidade de efetuar a comunicação prévia para funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas, sendo este instalado num quiosque que é propriedade do Município, no seguimento de uma reclamação apresentada neste Município pela arguida da referida contra - ordenação.

A fim do Município poder dar resposta ao que lhe é solicitado pela requerente agradecemos o vosso parecer sobre esta questão.

Junto remeto os documentos que serviram de base ao pedido de parecer.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal

Osvaldo dos Santos Gonçalves





Exmos Senhores,

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Rua Professor António Pinheiro e Rosa

8005-546 Faro

Alcoutim, 05 de Fevereiro de 2012

Ass: NUICO: 1285/12.5. EAFAR

Exmos Senhores,

Na sequência de reunião com a Sra. coordenadora, no dia 5 de Fevereiro de 2013, pelas 10.30H nas vossas instalações, vimos por este meio solicitar a vossa melhor atenção aos factos que passamos a relatar e já transmitidos também verbalmente.

No dia 15 de Outubro de 2012, o nosso estabelecimento Quiosque de Alcoutim, foi alvo de uma fiscalização dos vossos serviços, que resultou numa Contra Ordenação por motivo de falta de Título valido de abertura.

No entanto este facto tem uma razão, não imputável a esta empresa, conforme já explicado verbalmente na reunião referida e que relatamos por escrito seguldamente

1. A exploração do Quiosque de Alcoutim é resultado de um Contrato de Cessão de Exploração entre o Município de Alcoutim e a empresa signatária, através de um contrato que se anexa respectiva copia (Doc 1)
2. Quando da assinatura do primeiro contrato em 2010, solicitámos Informação ao Sr Dr Joao Dias, jurista da Autarquia, se seria necessário a entrega do documento **"Declaração de Instalação, Modificação e de Encerramento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas"** ao que este fomos informados por este jurista que não seria necessário, por motivo do equipamento e espaço público em questão serem propriedade do Município de Alcoutim
3. Em 25 de Agosto de 2011, resultante de uma verificação pela empresa HISA, fomos alertados para a falta da declaração referida em 1. conforme se pode verificar no respectivo documento daquela entidade (HISA) (Doc2) assim como também esta entidade nos forneceu o documento em questão, que foi preenchido na altura para ser entregue na Camara Municipal de Alcoutim.

Luar do Rio – Restauração e Animação, Lda

Rua Dr. João Dias, 10 A 8970 – 070 Alcoutim
NIF – 509 354 734 Tel – 96 265 44 93



4. Tendo-nos deslocado á Camara para dar entrada do documento, fomos informados novamente da não necessidade de apresentar tal documento, por motivo de a Camara não poder licenciar a si própria um equipamento que era sua propriedade.
5. A 24 de Abril de 2012 foi assinado novo contrato de Cessão de Exploração do Quiosque de Alcoutim, por novo período de 2 anos e mais uma vez foi questionado ao Sr Dr Joao Dias, quais os documentos necessários e não foi referido a necessidade da **"Declaração de Instalação, Modificação e de Encerramento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas"**
6. A 15 de Outubro de 2012, em consequência da inspecção realizada pelos vossos serviços, fomos informados que o documento era necessário e que a Camara de Alcoutim era obrigada a dar entrada do mesmo no serviço respectivo, pelo que nos era facultado o prazo de 5 dias para o enviar para os serviços da ASAE
7. De imediato nos dirigimos ao serviço competente da Camara de Alcoutim, com o documento da ASAE, resultante da acção de fiscalização, mas mesmo assim o Sr Dr Joao Dias, jurista da camara, nos tornou a informar que tal documento era desnecessário, ao que respondemos que então ele que falasse com a ASAE e esclarecesse o assunto e deixámos o documento entregue.
8. Passado um dia o documento foi-nos entregue no local, por um funcionário da Camara com o carimbo de dia 18 de Outubro e que de imediato enviámos por correio electrónico para os vossos serviços

Face ao exposto vimos por este meio sollicitar o arquivamento da contra ordenação, em virtude de sempre termos tentado entregar o documento, mas a Autarquia de Alcoutim sempre entendeu não ser necessário, conforme acima exposto.

Na expectativa das vossas prezadas noticias e de deferimento, apresento os melhores cumprimentos

Atentamente

Ilda Ananjo da Silva Afonso

Ilda Afonso

Luar do Rio – Restauração e Animação, Lda

Rua Dr. João Dias, 10 A 8970 – 070 Alcoutim
NIF – 509 354 734 Tel – 96 265 44 93



MARIA ISABEL SANTOS
ADVOGADA

Fax

Para: Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade
Operacional XII

De: **Maria Isabel Santos**

Telef: _____ **Págs.:** _____ **2**

Fax: _____ **289880143** **Data:** _____ **25/01/2016**

(**Urgente** ☐ **Apreciar p.f.** (**Comentar p.f.** (**Responder p.f.** (**Fazer circular p.f.**

Exm^a Senhora
Inspectora Chefe da Unidade Operacional XII

O Município de Alcoutim é proprietário de um quiosque instalado no Jardim da Avenida Duarte Pacheco em Alcoutim, o qual se destina à venda de livros, jornais diários, gelados e artigos de artesanato, bem como venda de cafés, bebidas, sandes e bolos ao público em geral.

Nos termos do artigo 7º nº 1 al a) do Decreto 555/99 de 16 de Dezembro (com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas), estão isentas de licença ou autorização as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território, na qual se enquadra a edificação e colocação do referido quiosque, pelo que não foi emitida qualquer licença quer licença de obra quer licença de utilização.

Em 24 de Abril de 2012, o Município cedeu a exploração do referido quiosque à empresa "Luar do Rio-Restauração e Animação, Lda", a qual desde essa data passou a exercer as actividades aí mencionadas e cuja cópia se junta.

Rua Alexandre Herculano. 15 * 8800-394 Tavira
Telef. 281322426 * Fax. 281321021 * E-mail: isabelsantos-53671@adv.ao.pt



1

Acontece que em 15/01/2013 esta sociedade – Luar do Rio – foi sujeita a uma Inspeção por parte da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica , tendo sido verificado como infracção a "falta de título válido de Abertura de Estabelecimento", tendo à mesma sido aplicada a prática de contra-ordenação prevista no nº 1 do artigo 12º do Decreto Lei nº 234/2007 de 19 de Junho, a qual é punida pela al a) do nº 1 do artigo 21º do DL 234/2007 de 19/06.

Com efeito diz o artigo 12º nº 1 do Decreto-Lei acima mencionado que:

"Constitui título válido de abertura do estabelecimento a posse pelo respectivo explorado do comprovativo de ter efectuado a declaração prévia prevista no artigo 10º ou no artigo 11º do presente Decreto-Lei".

Acontece que atendendo ao mencionado no referido artigo 7º nº 1, quando da abertura do estabelecimento sendo a mesma efectuada pelo Município, não foi objecto de comunicação prévia tendo em atenção que, sendo da titularidade do Município o mesmo está isento.

Ora, tal autuação efectuada à entidade Luar do Rio não tem qualquer suporte legal.

Assim solicita-se o parecer de V. Ex^{as} sobre o referido licenciamento.

[Assinatura]

[Assinatura]

Relatório do Documento nº 3599

DATA DE IMPRESSÃO 26/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 3599

TIPO REGISTO ENTRADA

DOCUMENTO Nº

DATA 10/05/2016

REFERÊNCIA 23027/16/SC

REGISTADO NO DIA 17/05/2016

REMETENTE EXT.: AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA

TIPO DE DOCUMENTO OFICIO

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR celia.rosa

ATUALIZADO POR celia.rosa

ASSUNTO

Processo nº 1285/12.5EAFAR - Comunicação Prévia

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Serv: Gabinete Jurídico

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 17/05/2016 11:28 para Serv: Presidência

Movimento efetuado por celia.rosa Func.: 256 - Célia Maria Mariano Gonçalves Rosa

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 17/05/2016 11:31 para Serv: Presidente

Movimento efetuado por maria.cavaco Func.: 324 - Maria Alexandra Marques Cavaco

Motivo: No âmbito das competências/funções de V. Exa.

Movimento (3) efetuado no dia 18/05/2016 08:40 para Serv: Gabinete Jurídico

Movimento efetuado por osvaldo.goncalves Func.: 320 - Osvaldo dos Santos Gonçalves

Despacho: Para avaliação

Autor do despacho: Osvaldo dos Santos Gonçalves

Categoria: Presidente de Câmara

Data de despacho: 18/05/2016

À
Câmara Municipal de Alcútem

Rua do Município, 12
8970-066 Alcútem

Sua referência
1750/2016

Sua comunicação
28/04/2016

Nossa referência
DAJC
SI/23027/16/SC

Data
2016-05-10

ASSUNTO: Processo n.º 1285/12.5EAFAR- Comunicação Prévia

No acima citado ofício, e expediente que lhe subjaz, é solicitado a esta Autoridade que se pronuncie relativamente à necessidade do operador económico efetuar a comunicação prévia, para o funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas, instalado num quiosque que é propriedade do Município.

Atualmente o acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração, encontra-se disciplinado no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

O licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 dezembro - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação- diz respeito à legalização do imóvel (estabelecimento) para o exercício daquela atividade, a mera comunicação prévia é o título válido para o exercício daquela atividade, e portanto, do nosso ponto de vista, estamos perante duas realidades distintas.


Assim, salvo melhor opinião em contrário, o facto do estabelecimento estar isento de licenciamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 dezembro, cuja competência para fiscalizar é da Câmara Municipal, o explorador deve fazer a apresentação da mera comunicação prévia, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, constituindo esse documento título válido para o exercício daquela atividade.

Com os melhores cumprimentos,


Helena Sanches

Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações

Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 73 - 1269-274 Lisboa | Tel.: 217 983 600 | Fax 217 983 654 | www.asae.pt



Relatório do Documento nº 5926

DATA DE IMPRESSÃO 26/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 5926

TIPO REGISTO ENTRADA

DOCUMENTO Nº

DATA 10/08/2016

REFERÊNCIA 23027/16

REGISTADO NO DIA 10/08/2016

REMETENTE EXT.: AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA

TIPO DE DOCUMENTO FAX

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR celia.rosa

ATUALIZADO celia.rosa

POR

ASSUNTO

Processo nº 1285/12.AEFAR - Comunicação Prévia

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Serv: DAFCD

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 10/08/2016 14:36 para Serv: Presidência

Movimento efetuado por celia.rosa Func.: 256 - Célia Maria Mariano Gonçalves Rosa

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 10/08/2016 15:56 para Serv: Presidente

Movimento efetuado por maria.cavaco Func.: 324 - Maria Alexandra Marques Cavaco

Motivo: No âmbito das competências/funções de V. Exa.

Movimento (3) efetuado no dia 10/08/2016 18:54 para Serv: DAFCD

Movimento efetuado por osvaldo.goncalves Func.: 320 - Osvaldo dos Santos Gonçalves

Despacho: Para avaliação do documento em anexo.

Autor do despacho: Osvaldo dos Santos Gonçalves

Categoria: Presidente de Câmara

Data de despacho: 10/08/2016

[Handwritten signature]

À
Câmara Municipal de Alcútem

Rua do Município, 12
8970-066 Alcútem

Sua referência
1750/2016

Sua comunicação
28/04/2016

Nossa referência
DAJC
SI/23027/16/SC

Data
2016-05-10

ASSUNTO: Processo n.º 1285/12.SEAFA- Comunicação Prévia

No acima citado ofício, e expediente que lhe subjaz, é solicitado a esta Autoridade que se pronuncie relativamente à necessidade do operador económico efetuar a comunicação prévia, para o funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas, instalado num quiosque que é propriedade do Município.

Atualmente o acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração, encontra-se disciplinado no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

O licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 dezembro - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação- diz respeito à legalização do imóvel (estabelecimento) para o exercício daquela atividade, a mera comunicação prévia é o título válido para o exercício daquela atividade, e portanto, do nosso ponto de vista, estamos perante duas realidades distintas.

Assim, salvo melhor opinião em contrário, o facto do estabelecimento estar isento de licenciamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 dezembro, cuja competência para fiscalizar é da Câmara Municipal, o explorador deve fazer a apresentação da mera comunicação prévia, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, constituindo esse documento título válido para o exercício daquela atividade.

Com os melhores cumprimentos,


Helena Sanches

Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações

Rua Rodrigo da Fonseca, nº 73 - 1269-274 Lisboa | Tel.: 217 983 600 | Fax 217 983 654 | www.asae.pt

[Handwritten signature]

